



Acesso e permanência de estudantes na Educação Superior: política, pesquisas e práticas institucionais

Access and retention of students in Higher Education: policy, research, and institutional practices

Acceso y permanencia de estudiantes en la Educación Superior: política, investigaciones y prácticas institucionales

Cassiano Caon Amorim¹

Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, Brasil

Edineide Jezine²

Professora da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil

Resumo

O dossiê "Políticas de educação superior: as perspectivas e os desafios do acesso e da permanência de estudantes" reúne artigos de pesquisadores brasileiros que investigam criticamente as tensões, os avanços e os desafios apresentados às instituições, gestores, docentes e estudantes, diante de um quadro diverso e desigual da educação superior no Brasil. A Coletânea se estrutura em torno de uma análise diversificada das políticas e práticas institucionais sobre ações de ingresso, acesso e permanência de estudantes em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. O dossiê é publicado em momento oportuno, marcado pela promulgação da Lei Complementar nº 220/2025, que instituiu o Sistema Nacional de Educação (SNE), visando articular os sistemas de ensino para garantir a igualdade de condições e a qualidade da educação, inclusive a educação superior. A compilação busca subsidiar o debate sobre as desigualdades no acesso e permanência estudantil na educação superior, fortalecer o regime de colaboração entre pesquisadores e elaboradores de políticas públicas e desenvolvimento de práticas institucionais.

Palavras-chave: Educação Superior. Políticas Educacionais. Acesso e Permanência estudantil. Desigualdades socioeducacionais.

Abstract

The dossier "Higher Education Policies: The Perspectives and Challenges of Student Access and Retention" collect articles by Brazilian researchers who critically investigate the tensions, advances, and challenges presented to institutions, managers, faculty, and students in the face of the diverse and unequal landscape of higher education in Brazil. The collection is structured around a diversified analysis of institutional policies and practices regarding recruitment, access, and retention actions for students in graduate and postgraduate courses in Brazil. The dossier is published at an opportune moment, marked by the promulgation of Complementary Law No. 220/2025, which established the National Education System (SNE), aiming to articulate the teaching systems to ensure equal conditions and quality of education, including higher education. The compilation seachers to subsidize the debate

¹ cassianocaon.amorim@ufjf.br.

² edjezine@gmail.com.

on inequalities in student access and retention in higher education, strengthen the collaborative regime between researchers and public policy makers, and foster the development of institutional practices.

Keywords: Higher Education. Educational Policies. Student Access and Retention. Socio-educational Inequalities.

Resumen

El dossier "Políticas de educación superior: las perspectivas y los desafíos del acceso y la permanencia de estudiantes" reúne artículos de investigadores brasileños que analizan críticamente las tensiones, los avances y los desafíos presentados a las instituciones, los gestores, los docentes y los estudiantes, ante un panorama diverso y desigual de la educación superior en Brasil. La Compilación se estructura en torno a un análisis diversificado de las políticas y prácticas institucionales sobre acciones de admisión, acceso y permanencia de estudiantes en cursos de pregrado y posgrado en Brasil. El dossier se publica en un momento oportuno, marcado por la promulgación de la Ley Complementaria n.º 220/2025, que instituyó el Sistema Nacional de Educación (SNE), con el objetivo de articular los sistemas de enseñanza para garantizar la igualdad de condiciones y la calidad de la educación, incluida la educación superior. La compilación busca subsidiar el debate sobre las desigualdades en el acceso y la permanencia estudiantil en la educación superior, fortalecer el régimen de colaboración entre investigadores y elaboradores de políticas públicas, y el desarrollo de prácticas institucionales.

Palabras clave: Educación Superior. Políticas Educativas. Acceso y Permanencia estudiantil. Desigualdades socioeducativas.

Apresentação

O dossiê "Políticas de educação superior: as perspectivas e os desafios do acesso e da permanência de estudantes" reúne artigos de pesquisadores brasileiros que investigam criticamente as tensões, os avanços e os desafios apresentados às instituições, aos gestores, a docentes e estudantes, diante de um quadro diverso e desigual no acesso, na permanência e no êxito educacional, considerando as desigualdades da realidade da educação superior no país.

O dossiê é organizado e publicado em um momento muito oportuno, marcado pela promulgação da Lei Complementar nº 220/2025, que instituiu o Sistema Nacional de Educação (SNE), estabelecendo as normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na elaboração e na implementação de políticas educacionais (Brasil, 2025). Conforme apresentado no *caput* da Lei Complementar, o objetivo principal da legislação é articular os sistemas de ensino para garantir a igualdade de condições e a qualidade da educação em todo o país, além de fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados, o que poderá favorecer a equidade entre estados e regiões, considerando as diferenças sociais, educacionais, culturais e econômicas. A efetivação desta lei representa um passo decisivo para a modernização e a estabilidade do sistema educacional brasileiro, incluindo o sistema de educação superior, assegurando maior qualidade acadêmica.

Tendo como objetivo central investigar as políticas, as práticas e as trajetórias (institucionais e de estudantes) nos processos de acesso, de permanência e de evasão, esta coletânea considera o contexto da expansão da educação superior ocorrida, principalmente, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Brasil, 1996); o Decreto nº 6.096/2007, que criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (Brasil, 2007); a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012); e a Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública, alterando legislações anteriores (Brasil, 2023).

Em consonância com as demandas de compreensão do movimento de expansão da oferta e de questões relacionadas à democratização do acesso à educação superior, garantidas por legislações de políticas de ações afirmativas, a Chamada Universal Pública CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 contemplou o projeto de pesquisa denominado *Acesso, permanência e evasão na educação superior: políticas e práticas nas instituições e trajetórias*, coordenado pela Profa. Dra. Edineide Jezine, da Universidade Federal da Paraíba. Dessa forma, uma parte dos artigos que compõem essa coletânea exibe o esforço de um coletivo de pesquisadores de diferentes regiões brasileiras que integram a Rede Universitas/Br, em seu Eixo 5 – *Acesso, Permanência e Evasão*, e que estão vinculados ao referido projeto. Uma outra parte de artigos presentes no dossiê é o resultado de pesquisas de um outro conjunto de investigadores que, igualmente, dedicam-se a pesquisar o tema da Educação Superior em sua relação com as políticas públicas e práticas institucionais, tendo como centralidades de investigação os processos de acesso e de permanência estudantil em cursos superiores.

A expansão da oferta da educação superior no Brasil trouxe um novo e diverso perfil de estudantes às instituições de educação superior, tornando a pesquisa e o debate sobre o ingresso, a democratização do acesso e os processos de permanência estudantil nas instituições temas urgentes da agenda educacional, em função da necessidade de reflexão e relevância acadêmica. Nesse sentido, Magalhães e Real (2018), ao elaborarem uma cartografia centrada na produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni, afirmam que

produção científica traz dados que explicitam que, embora tenha ampliado as taxas de ingresso e diversificado o perfil de estudantes ingressantes na universidade pública, inclusive oriundos de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não houve avanços no que se refere à permanência estudantil e às taxas de aprovação, que sinalizem para a democratização da educação superior (Magalhães; Real, 2018, p. 486).

Pautando-se nas evidências já consideradas por pesquisas que vêm sendo realizadas e somadas às que estão em curso, temos um desafio posto aos gestores e elaboradores de políticas, qual seja, o de garantir que o estudante não apenas ingresse e se matricule, mas conclua sua trajetória de formação profissional e cidadã com sucesso. Assim, a reunião destes artigos investiga, ainda, criticamente, as tensões, os avanços e as lacunas nesse panorama em constante transformação e busca ser mais uma referência ao promover contribuições para os processos inclusivos e de permanência e êxito na educação superior. Castelo Branco, Jezine e Nakamura (2016) alertam para a necessidade de ampliação e esforços de pesquisa e de desenvolvimento de práticas institucionais, por meio de políticas e ações estratégicas visando à permanência de estudantes que ingressam nas instituições de educação superior brasileira, principalmente as públicas. Para os autores, que iniciam questionando a perspectiva do engajamento estudantil,

o acesso sem garantia de permanência e formação de qualidade se configura como sinônimo de inclusão? Ou dito de outra maneira, o simples acesso à educação superior seria garantia de ampliação de capital cultural, social e simbólico, necessários à mudança de padrão social e econômico dessas camadas sociais? O acesso, sem condições de permanência, não se constituiria em mais um engodo, uma vez que as políticas de acesso à educação superior, em sua materialização, não se configuram em sinônimo de permanência no sistema. Relatos e queixas de professores, alunos e servidores apresentam uma evasão/abandono gigantesca nos últimos anos na educação superior, sobretudo pública, sem que haja qualquer medida de acompanhamento ou avaliação, com intenção de garantir a qualidade de formação dessa grande massa de alunos que teve ampliado o seu acesso, mas que não tem condições financeiras, sociais e culturais de se manter no sistema. (Castelo Branco; Jezine; Nakamura, 2016, p. 259-260).

Nesse sentido, a discussão sobre políticas de educação superior, envolvendo a democratização do acesso aos cursos de graduação, reside na urgência de transpor a barreira do ingresso e focar na arquitetura institucional de apoio, permanência e engajamento estudantil, assim como a condução de estudantes ao êxito acadêmico, tanto com foco na qualidade da aprendizagem, quanto na conclusão do curso. O desafio que se desenha não é meramente o de matricular, mas construir uma conexão forte entre a porta de entrada das instituições de educação superior e a diplomação, por meio de políticas de permanência que sejam efetivas, equitativas e adaptadas ao novo perfil estudantil, que garantam diferentes elementos de acessibilidade ao conhecimento científico e à formação crítica de profissionais.

Araújo (2013) destaca que a ênfase na categoria permanência em pesquisas sobre a educação superior ocorre no Brasil, principalmente, após a expansão significativa de cursos e instituições nos anos 1990, a partir do crescimento das instituições privadas e mediante a instauração de políticas públicas voltadas à expansão da educação superior nas instituições públicas nos anos 2000, constatando-se um crescimento na pesquisa dessa categoria. Assim, os trabalhos aqui reunidos oferecem fundamentação analítica, teórica e empírica fundamentais para este debate, alguns com caráter propositivo, com caminhos para que as instituições consigam, de fato, converter a ampliação do acesso em uma democratização inclusiva e acolhedora na educação superior.

Para uma compreensão das diferentes inserções de pesquisa e a apresentação de seus resultados no dossiê, agrupamos os artigos desta coletânea em quatro principais eixos, considerando o desenvolvimento das pesquisas e a organização dos artigos, a saber: (i) políticas, perspectivas e contextos múltiplos de acesso à educação superior; (ii) fatores e estratégias associados à permanência estudantil; (iii) desafios à evasão, exclusão e permanência de estudantes de graduação e, por fim, (iv) interseccionalidades e grupos específicos no ingresso e permanência estudantil.

Os artigos do primeiro eixo apresentam a discussão sobre o acesso à educação superior no Brasil, sob a perspectiva de que o acesso transcende a discussão sobre o aumento de vagas ofertadas pelo sistema de educação superior, assim como pela métrica de vagas disponíveis entre o setor público e privado, inserindo-se em uma trajetória histórica complexa, como aborda o artigo *Acesso à educação superior no Brasil: Das origens às políticas de democratização do século XXI*. De modo que o conjunto dos artigos contempla o crescente reconhecimento da educação superior como direito fundamental, impulsionado, especialmente a partir dos anos 2000, por um conjunto de políticas governamentais voltadas para a ampliação do acesso e a diversificação do perfil socioeconômico do corpo discente.

A resposta do Estado a diferentes demandas manifesta-se por meio de múltiplos mecanismos e contextos de ação, que abrangem desde os cursos de graduação até o ingresso e a permanência na pós-graduação. Os artigos conseguem identificar a implementação de políticas focais, como o bônus de inclusão regional adotado em universidades federais para cursos de alta competitividade, visando mitigar desigualdades geográficas e assegurar a inserção de estudantes localmente situados, como no artigo *O bônus do argumento de inclusão regional na Universidade Federal do Acre: contribuições para o ingresso de estudantes acreanos no Curso de Medicina*. Paralelamente, o foco na formação inicial de professores é destacado no artigo *Programa Pé-de-Meia Licenciaturas: atratividade e permanência no ensino superior*,

que aborda o recente Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, associando a atratividade desses cursos à garantia da permanência, reconhecendo a criticidade da área para o desenvolvimento nacional. Essa abrangência contextualiza também a expansão da equidade no acesso à Pós-Graduação, destacada no artigo *Ações afirmativas na Pós-Graduação em Educação da UFRN: análise crítica a partir da pesquisa em Rede*, no qual as ações afirmativas são analisadas em redes de pesquisa, sublinhando que o desafio da inclusão se impõe em todos os níveis da educação superior.

A eficácia dessas políticas, contudo, precisa incorporar a perspectiva do indivíduo e suas trajetórias, conforme vem sendo destacado nos artigos. O ingresso é o resultado de uma intrincada dinâmica de fatores que vão além da legislação e do financiamento, sendo modelado pelas motivações e pelo contexto bioecológico do estudante, conforme evidenciado em estudos com ingressantes de cursos como o de Pedagogia, discutido no artigo *Trajetórias e motivações de ingressantes de Pedagogia: um olhar Bioecológico sobre a formação inicial*. Para as autoras, a formação inicial, por exemplo, é influenciada por microssistemas (família, escola) e macrossistemas (políticas sociais e culturais) que interferem na permanência dos estudantes e na conclusão dos cursos. É crucial, portanto, que a análise das políticas de acesso seja informada pela compreensão dessas experiências vividas, reconhecendo que a entrada na universidade é apenas a primeira etapa de um ciclo que exige políticas e ações de monitoramento e acompanhamento contínuo. Corroborando essa discussão, Maciel, Lima e Gimenez (2016, p. 776) enfatizam que

o índice de estudantes que não concluem a graduação é expressivo, o que remete à necessidade do fortalecimento de políticas de permanência que levem em consideração as diversas causas da não permanência, como dificuldades de aprendizagem, dificuldade financeira, descontentamento acerca do método didático-pedagógico docente, transferência de domicílio, dificuldade em conciliar jornada de trabalho e horário do curso, cansaço, decepção pelas expectativas frustradas a respeito da instituição ou da profissão escolhida.

A convergência de compreensão de que a construção de um panorama de acesso, de fato democrático e inclusivo, exige a articulação entre elementos de políticas, programas e ações mais abrangentes com a realidade das vivências estudantis em seus lugares institucionais. Os capítulos reunidos nesse eixo se dedicam, portanto, a buscar entender, refletir sobre essa complexidade, oferecendo um mosaico analítico que vai da gênese das políticas ao impacto das ações afirmativas e dos programas de apoio, sempre à luz das tensões regionais, socioeconômicas e individuais. Visam contribuir para que as instituições de educação superior consigam desenhar e implementar estratégias que, ao invés

de apenas desenvolver políticas de ingresso acessíveis a públicos historicamente de presença muito reduzida aos cursos de graduação públicos e de qualidade, construam o caminho para uma permanência e a conclusão de todos os seus estudantes, transformando o acesso ampliado em uma democratização efetiva da educação superior brasileira.

Um segundo grupo de artigos do dossiê concentra contribuições sobre os fatores e as estratégias associados à permanência estudantil. Podemos destacar que a permanência estudantil das instituições de educação superior não é apenas um indicador de assiduidade ou presencialidade, mas, por meio das investigações que têm sido desenvolvidas, essa categoria analítica se configura em uma complexa intersecção de condições institucionais, políticas de apoio e engajamento individual, fatores que se tornam ainda mais críticos diante de cenários socioeconômicos e políticos adversos. Ao estudarem os fenômenos da evasão e da retenção nos últimos anos, Amorim, Castelo Branco e Dias Júnior (2025, p. 93) destacam que na educação superior brasileira

Os indicadores de formação apontam que as taxas tanto no setor público quanto no privado não atingem 40% dos que ingressam na Educação Superior, o que gera resultados merecedores de atenção, bem como medidas de acompanhamento da formação para que os sistemas cumpram seu caráter formativo no tempo adequado, gerando apropriação de conhecimentos e inserção dos estudantes egressos no mundo do trabalho.

Em consonância com essas observações, a seleção de artigos desta seção do dossiê oferece uma análise aprofundada das diversas dimensões que influenciam a continuidade dos estudos de estudantes de graduação e pós-graduação no Brasil. *O Engajamento estudantil como fator associado à permanência na Educação Superior* apresenta elementos de como a participação ativa e o vínculo com a comunidade acadêmica podem mitigar riscos de evasão institucional, indo ao encontro com a necessidade apontada por Silva *et al.* (2018) quando destacam a necessidade de mais estudos e análises para a formulação de políticas de engajamento e permanência estudantil.

Os altos índices de evasão, que vêm sendo observados mesmo quando transpostas as dificuldades para a entrada na graduação, revelam a necessidade de pensar também em políticas públicas que visem minimizar as diversas perdas envolvidas, tais como perdas no nível pessoal, social e financeiro. Ao se explorar as características de evadidos da educação superior, percebe-se que algumas classes populacionais são recorrentes nesse universo e crescem as suspeitas de que alguns grupos têm a motivação mais facilmente afetada pelas dinâmicas universitárias, logo, uma maior tendência à evasão (Silva *et al.*, 2018, p. 102).

As estratégias institucionais desenvolvidas pela Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul são examinadas no artigo *Para além da transferência de renda: estratégias para a permanência estudantil na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)*, trazendo o foco da análise nos modelos pedagógicos e de assistência financeira, social e psicológica que apoiam o estudante no decorrer de sua permanência na instituição, contribuindo com a discussão nessa área.

Ampliando um debate necessário em tempos de políticas de ações afirmativas que também contemplam os cursos de pós-graduação, o artigo *Permanência dos estudantes da pós-graduação em tempos de neoconservadorismo* propõe uma análise expondo as vulnerabilidades sistêmicas que afetam a pesquisa desenvolvidas no programas de pós-graduação e a formação de alto nível com qualidade, denunciando que, muitas vezes, essas políticas são impactadas por cortes orçamentários e mudanças nas prioridades que conduzem as políticas educacionais.

Um terceiro eixo de artigos trata, em suas reflexões, articulados aos demais, de maneira geral, sobre os obstáculos à permanência estudantil, analisando os motivos da evasão, o fenômeno das vagas ociosas e os desafios gerais do processo de inclusão/exclusão de estudantes. A ampliação do acesso à educação superior no Brasil não tem se traduzido por si só em condições equitativas de permanência e de conclusão dos cursos, garantindo com qualidade e inserção no mundo do trabalho, alcançando, assim, os objetivos centrais do processo educativo na educação superior. Corroborando as considerações de Saviani (2008), para quem a democratização plena da escola exige mais que a garantia de acesso, para o autor, ela deve contemplar, de igual modo, a democratização dos processos pedagógicos e dos resultados educacionais, o mesmo sendo considerado para a ambiência das instituições de educação superior.

Utilizando diferentes estratégias e metodologias de pesquisa, os artigos revelam elementos que dialogam na busca de compreensão das causas da evasão e da geração de vagas ociosas em cursos superiores. Pesquisando em um universo de três cursos superiores de tecnologia de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o artigo *Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil em um Instituto Federal de Ensino* considera relatórios institucionais como fonte documental para a pesquisa, analisando as razões relatadas como determinantes para o cancelamento de matrícula pelos estudantes em três cursos superiores de tecnologia de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. A análise documental tem se constituído em uma técnica importante de abordagem de dados qualitativos na pesquisa sobre ingresso, permanência e evasão na educação superior, pois vem complementando as informações obtidas por outras técnicas, estando em consonância

com as observações de Cellard (2008) quando destaca que a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos, a partir de questões ou hipóteses de interesse.

Os artigos *O fenômeno das vagas ociosas nos cursos de licenciatura: cenário e estratégias em uma Universidade Federal* e *a Educação superior e os desafios da inclusão/exclusão e permanência para a promoção de aprendizagens* abordam questões relacionadas diretamente aos cursos de licenciaturas em universidades brasileiras. A problemática da ociosidade de vagas nos cursos de licenciatura permeia a discussão do primeiro artigo, considerando estudos com base nos dados institucionais entre os anos de 2018 e 2025, em que os resultados apontam para uma tendência de queda na taxa de ocupação em diversos cursos de licenciatura. Enquanto o outro artigo mapeia e propõe uma análise das condições que influenciam a permanência e o sucesso estudantil.

No artigo *Relação trabalho e educação no ensino técnico e superior noturno: ciclos de produção e contribuições teórico-metodológicas do grupo EDIPET*, articula-se a discussão sobre a realidade do perfil trabalhador-estudante na educação superior e no ensino técnico, nos quais os fenômenos evasão escolar e permanência estudantil ganham destaque. Considerando a experiência do grupo, é apresentado o levantamento de estratégias desenvolvidas, principalmente a de acompanhamento da realidade dos estudantes durante a pandemia de covid-19, que impactou sobremaneira as realidades escolares e das instituições de educação superior.

O quarto e último grupo de artigos concentra trabalhos que aplicam um olhar diversificado ou focado em grupos específicos para entender as experiências de acesso e permanência. Os estudos com abordagens nas experiências dos indivíduos e de grupos são fundamentais para se pensar o ingresso, a permanência, a evasão e o êxito acadêmico na educação superior, uma vez que podem oferecer uma perspectiva analítica que possibilita compreender como diferentes formas de opressão e privilégio se combinam e, ao mesmo tempo, exacerbam-se, constituindo a experiência educacional de maneira única para cada indivíduo ou grupo.

Com o título *A voz institucional sobre as políticas de permanência de estudantes negros no ensino superior*, os autores consideram os conceitos de enunciado, dialogismo e voz social, analisando dados presentes no site da universidade pesquisada e concluem que ainda há um desafio quanto à institucionalização de políticas afirmativas que atendam, de forma efetiva, às questões de permanência estudantil negra.

Em consonância com Carneiro (2003) ao afirmar que “para as mulheres negras brasileiras, o racismo e o sexismo são experiências inseparáveis e que qualquer tentativa de compreendê-las de modo isolado não retrataria a complexidade de suas vivências”, o artigo *Uma questão racial na universidade: experiências de estudantes negras, desafios e estratégias de resistência no ensino superior* considera que o racismo e o sexismo, enquanto elementos estruturantes da sociedade, impõem barreiras nas trajetórias de estudantes de uma universidade brasileira.

A pesquisa desenvolvida em uma universidade da Região Norte do Brasil constata que a manutenção dos privilégios raciais ocorre não apenas por ações individuais, mas também através de interações institucionais e sociais mais amplas, destacando no artigo *Capital racial, privilégios e desvantagens no Curso de Medicina de uma universidade na Amazônia*, as percepções dos/as estudantes negros/as e brancos/as sobre possíveis privilégios e desvantagens raciais. Enquanto no artigo *As Políticas públicas de acesso e permanência e o sucesso dos estudantes cotistas da graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul* há o destaque para os persistentes traços de exclusão que historicamente marcaram o sistema educacional, reforçando que as políticas de assistência estudantil são instrumentos fundamentais para corrigir desigualdades históricas e possibilitar o sucesso acadêmico de grupos específicos na educação superior. Essa abordagem coaduna com as constatações de Abreu e Ximenes (2021, p. 9) ao enfatizarem a imprescindibilidade das políticas assistenciais estudantis no enlace entre democratização do ensino superior, dimensão material da permanência e qualidade nos estudos, “atentando-se para o caráter focalizado e insuficiente dessas políticas, diante da grande demanda de alunos”.

A experiência de uma pesquisa de pós-doutoramento da autora do artigo *Políticas afirmativas na educação superior e a permanência material e simbólica de negros e indígenas em duas Instituições Federais de Ensino* evidencia os impactos das políticas de ações afirmativas, concentrando esforços em analisar os impactos no acesso e na permanência de acadêmicos negros e indígenas em duas universidades federais brasileiras. A pesquisa revela que há avanços significativos decorrentes do desenvolvimento e instituição de políticas de ações afirmativas, no entanto, ainda são persistentes os desafios estruturais para a efetivação da equidade racial na educação superior brasileira.

Adotando uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, o artigo *Letramento acadêmico e políticas de permanência para estudantes indígenas* reforça que as políticas de permanência vigentes nas instituições de educação superior não têm conseguido atender a todas as demandas dos estudantes

beneficiários das políticas de cotas para ingresso em cursos de graduação, apresentando contribuições e elementos das políticas de letramento para graduandos minorizados, evidenciando sua importância na promoção da justiça epistêmica.

A realidade vivenciada por pessoas com deficiência que estudam em instituições de educação superior foi abordada em dois artigos do dossiê: *Inclusão no ensino superior: satisfação e barreiras à acessibilidade na perspectiva de estudantes com deficiência*, o qual adotou uma metodologia de investigação com estudantes almejando identificar o nível de satisfação desses estudantes em relação ao contexto universitário, bem como as barreiras enfrentadas e as atitudes dos alunos diante dessas situações desafiadoras.

Amorim, Antunes e Santiago (2019) entendem que, para que a inclusão educacional de pessoas com deficiência seja plenamente alcançada nas instituições de educação superior, pelo menos três princípios básicos precisam ser observados: o acesso, a permanência e a participação com qualidade nos processos educativos. Para os autores,

Com as iniciativas legais de ampliação do acesso de PCD no Ensino Superior e a chegada dessas pessoas à universidade, emergem nesse contexto situações que nos levam a compreender o quanto é necessário que, nesse segmento de ensino, ocorram mudanças para que as políticas, culturas e práticas institucionais passem a considerar as especificidades das PCD. Tais mudanças passam por diferentes níveis, da gestão institucional até às salas de aula, nas políticas de pesquisa e extensão, nas modificações estruturais e arquitetônicas, na promoção de acessibilidade informacional e comunicacional, entre muitas outras (Amorim; Antunes; Santiago, 2019, p. 346).

Outro artigo desta coletânea que aborda a perspectiva inclusiva na educação superior traz o debate interseccional ao apresentar vivências e desafios de pessoas com deficiência no ensino superior, especialmente quando suas experiências se articulam com outros marcadores sociais da diferença. *Acesso e permanência no Ensino Superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências* apresenta resultados de uma pesquisa com abordagem qualitativa, exploratória e analítica, desenvolvida com estudantes com deficiência de uma universidade comunitária em Minas Gerais. Essas pesquisas somam-se a outras que vêm apontando a necessidade de ampliação de investigações que permitam conhecer mais o universo da inclusão de pessoas com deficiência em instituições de educação superior.

Segundo dados apresentados pela ACNUR ([2025], recurso *online*) até junho de 2025, “mais de 117,3 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a se deslocar devido a perseguições, conflitos,

violência, violações de direitos humanos e eventos que perturbam seriamente a ordem pública”. Dessa forma, a necessidade de pensar estratégias educacionais para acolhimento com qualidade no ensino superior para pessoas migrantes é abordada em três artigos: *Educação superior de refugiados e ambiente nutridor*, que, a partir do referencial analítico-comportamental, analisa a experiência de estudantes refugiados na educação superior, ressaltando a importância da educação superior como meio de inclusão e ascensão social, considerando a experiência de estudantes refugiados na educação superior; *Políticas de Educação Superior: As Perspectivas e os Desafios do Ingresso e da Permanência de Estudantes Migrantes*, configurando-se em uma pesquisa de abordagem metodológica qualitativa, de natureza exploratória, embasada na análise documental de normativas educacionais e em entrevistas semiestruturadas com estudantes migrantes matriculados em instituições públicas de ensino superior no estado de São Paulo.

Não obstante, o processo de democratização é atravessado por tensões estruturais, notadamente aquelas impostas pela ótica das políticas públicas sob a égide do neoliberalismo, em que, de um lado, há necessidade de ampliação do sistema público de educação superior e seu financiamento, e de outro, um conjunto de políticas de contenção de investimentos públicos e criação de mecanismos que dificultam os investimentos para a manutenção do crescimento da oferta de vagas e da construção de políticas de permanência estudantil.

Em um cenário que o perfil do ingressante se diversifica em termos geográficos, étnicos, culturais e socioeconômicos, trazendo à tona a necessidade de debater a sustentabilidade do acesso para grupos específicos beneficiários de políticas de ações afirmativas ou como os estudantes sujeitos à migrações pendulares, cujas trajetórias são marcadas por deslocamentos e vulnerabilidades que demandam um olhar particularizado da gestão pública, foi desenvolvido no terceiro artigo *Acesso à educação superior de estudantes pendulares na perspectiva das políticas públicas no neoliberalismo*.

Francellino (2020, p. 137) observa que

A migração pendular se refere aos deslocamentos diários dos indivíduos para realizar ações de sua vida cotidiana como: trabalhar, estudar, lazer entre outros. Os estudos que referenciam esse texto indicam que um dos fatores que propiciam a migração pendular estudantil no Brasil é o fato de pessoas serem impedidas de continuar seus estudos em seus municípios de origem residencial e, pela falta de oportunidades, se movimentam para cidades vizinhas buscando uma formação acadêmica superior, não estabelecendo residência no lugar escolhido.

Combinando a pesquisa bibliográfica, a análise documental e de dados institucionais, o artigo apresenta a realidade de estudantes migrantes pendulares matriculados em uma universidade pública localizada no interior no estado do Mato Grosso, apresentando os desafios à permanência e ao aproveitamento acadêmico, sobretudo, porque a investigação desenvolvida considera elementos fundamentais para o acesso e a permanência qualificada dos estudantes, quais sejam: a infraestrutura precária de transporte, os custos financeiros dos deslocamentos e o tempo despendido nos trajetos. O artigo expõe a necessidade de considerar tais cenários na proposição de políticas e ações de acolhimento e permanência dos estudantes.

Cumprindo sua missão de amálgama das atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação, professoras e professores de diversas universidades brasileiras apresentam, então, resultados de seu trabalho, uma parte dele revelado neste dossiê. A trajetória de acesso e permanência na educação superior materializa os antigos e estruturais enfrentamentos da educação brasileira. Esses desafios são particularmente acentuados e sentidos por diferentes grupos populacionais, principalmente alguns destacados nos artigos desta edição da Revista Instrumento. Há um percurso significativo a ser traçado no âmbito da pesquisa e, certamente, da elaboração e da efetivação de políticas públicas ainda mais inclusivas. Pelos temas, abordagens e resultados apresentados, há vários caminhos e são muitas as demandas para a apresentação da realidade da educação superior no Brasil.

Referências

ABREU, Márcia Kelma Alencar ; XIMENES, Verônica Moraes. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 32, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/pBtyBfxJqkXbvzwVvcQprzS/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Dados de refugiados no Brasil e no Mundo. In: **ACNUR**, [S. l., 2025]. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 20 nov. 2025.

AMORIM, Cassiano Caon; ANTUNES, Katiuscia Vargas; SANTIAGO, Mylene Cristina. Inclusão no ensino superior: um processo em pauta na Universidade Federal de Juiz de Fora–UFJF. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v.21, n. 2, p. 334-348, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13104/8666>. Acesso em: 20 nov. 2025.

AMORIM, Cassiano Caon; CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; DIAS JÚNIOR, José Jorge Lima. Evasão e Retenção no Ensino Superior: ampliando a compreensão teórico-metodológica. *Rev. FAEEBA – Ed. e*

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 27, Dossiê: Políticas de Educação Superior/Apresentação, e-51005, 2025

Contemp., **Salvador**, v. 34, n. 79, p. 77-96, jul./set. 2025, Disponível em: <https://revistas.uneb.br/faeeba/article/view/23864/16305>. Acesso em: 22 nov. 2025.

ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 25-43, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17778/0>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília: Casa Civil, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Lei complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025**. Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração. Brasília: Casa Civil, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp220.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo. Hideo. Alguns indicadores de permanência/abandono na educação superior: elementos para o debate. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/Br, XXIII, 2015, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: UFPA, 2015. p. 754-772.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 27, Dossiê: Políticas de Educação Superior/Apresentação, e-51005, 2025

FRANCELLINO, Sandra Maria Rebello de Lima Migração pendular de estudantes universitários na região de Aquidauana - Mato Grosso do Sul - Brasil. **TRAHS: Travaux et Recherches en Analyse des Hétérogénéités Sociales**, Limoges (França), n. 6, p. 137-152, 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3451/c54630960330fc9f6faa56d104731576f78c.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

MACIEL, Carina Elisabeth ; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 759-781, set./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68574>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MAGALHÃES, Ana Maria Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 467-489, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/HPn7NtFTZQF45fXTBKCMT3n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Luciana Guedes da *et al.* Dinâmicas de evasão na educação superior brasileira. **Revista Examen**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 100-127, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://examen.emnuvens.com.br/rev/article/view/67/37>. Acesso em: 17 nov. 2025.

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: Irene de Oliveira Ribeiro